efeito, no mais curto prazo possível, a sistematização dos textos legais reguladores dos principais impostos, para inteira realização dos objectivos expressos nos artigos 5.º, 6.º e 7.º da Lei n.º 2 045, de 23 de Dezembro de 1950.

Art. 5.º Continuam em vigor no ano de 1954 as disposições contidas nos artigos 3.º a 7.º e 9.º da Lei n.º 2 038, de 28 de Dezembro de 1949, e artigo 7.º da Lei n.º 2 050, de 27 de Dezembro de 1951.

Art. 6.º Enquanto não estiverem concluídos os estudos de que foi encarregada a Comissão referida no artigo 7.º da Lei n.º 2 059, de 29 de Dezembro de 1952, fica vedado aos serviços do Estado e aos organismos corporativos ou de coordenação económica criar ou agravar taxas ou receitas de idêntica natureza não escrituradas em receita geral do Estado, sem expressa concordância do Ministro das Finanças sobre parecer da aludida Comissão.

Art. 7.º Enquanto não estiver concluída a revisão do regime jurídico das obras de hidráulica agrícola, referida no n.º 2 da base VI da Lei n.º 2 058, de 29 de Dezembro de 1952, poderá o Ministro das Finanças suspender a cobrança da taxa de rega e beneficiação, bem como a da contribuição predial liquidada sobre o aumento do rendimento colectável apurado com base no cadastro da área beneficiada, desde que a suspensão se mostre devidamente justificada.

Art. 8.º Fica o Ministério das Finanças autorizado a promover, de acordo com o Ministério do Ultramar, em obediência à política de gradual redução dos direitos aduaneiros nas relações económicas entre o ultramar e a metrópole, uma protecção pautal, que desde já se fixa em 15 por cento para os tabacos semiclaros e claros em folha, a fim de alargar, intensificar e aperfeiçoar a cultura das ramas no ultramar.

Art. 9.º O Governo continuará a intensificar os trabalhos relativos à organização e actualização da conta do património, como elemento preparatório da determinação do capital nacional, e os estudos em ordem a definir as condições em que podem ser prestadas as garantias que impliquem responsabilidade total ou solidária do Estado.

III) Eficiência das despesas e dos serviços

Art. 10.º O Governo, dentro dos princípios definidos no Decreto n.º 38 503, de 12 de Novembro de 1951, e por intermédio da Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos, fará prosseguir os trabalhos necessários à adopção de métodos que permitam obter o maior rendimento com o menor dispêndio.

Art. 11.º Durante o ano de 1954, além da rigorosa economia a que são obrigados os serviços públicos na utilização das suas verbas, principalmente na realização de despesas de consumo corrente ou de carácter suntuário, o Governo continuará a providenciar no sentido de:

a) Limitar ao indispensável as compras no estrangeiro;

b) Dar cumprimento ao preceituado no artigo 59.º da terceira das Cartas de Lei de 9 de Setembro de 1908, podendo o Ministro das Finanças, em casos especiais, autorizar a publicação ou impressão das obras previstas naquele artigo;

c) Diminuir o número das publicações oficiais e o seu custo;

d) Reduzir ao mínimo possível as despesas com o pessoal fora do País.

§ único. As disposições anteriores aplicar-se-ão a todos os serviços do Estado, autónomos ou não, bem

como aos organismos corporativos e de coordenação económica.

Art. 12.º O Ministro das Finanças intensificará os trabalhos para que no mais curto prazo seja montado na Casa da Moeda o sistema de impressão a talhe-doce, para o que fica autorizado a inscrever no orçamento as verbas necessárias.

Art. 13.º Os objectos com valor histórico ou mérito artístico pertencentes ao património do Estado e existentes nos museus de Lisboa, Porto e Coimbra, que possam ser dispensados por não apresentarem interesse relevante para neles serem expostos, poderão ser distribuídos pelos outros museus, mediante verba inscrita para esse efeito no orçamento do Ministério da Educação Nacional, ouvida a Junta Nacional da Educação.

Art. 14.º Fica o Ministério das Finanças autorizado a adoptar as providências necessárias à organização de um serviço destinado à guarda e conservação de mobiliário ou objectos artísticos que possam ser incluídos nas colecções do Estado para ulterior aplicação, bem como para mobilar, adornar e garantir edifícios ou dependências de grande representação. Na aquisição e aplicação destes bens observar-se-á o disposto no artigo 21.º, § 1.º, n.º 13.º, do Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936.

Art. 15.º No ano de 1954 continuará o reapetrechamento do Caminho de Ferro da Beira e a renovação da via, por forma a que os serviços melhorem e adquiram superior eficiência.

IV) Suplemento e abono de família

Art. 16.º É o Governo autorizado a manter no ano de 1954 o suplemento concedido em 1952, em virtude do disposto no artigo 19.º e seus parágrafos da Lei n.º 2 050, de 27 de Dezembro de 1951.

Art. 17.º O Governo providenciará no sentido de serem codificadas e revistas as disposições em vigor sobre o abono de família.

V) Política de valorização humana

Art. 18.º Será elevada a verba destinada à comparticipação nos encargos e sustentação dos serviços de protecção à maternidade e à primeira infância, de harmonia com programa a aprovar pelo Governo.

Art. 19.º Independentemente do reforço das dotações ordinárias destinadas à instrução primária, em execução do Decreto-Lei n.º 38 968 e do Decreto n.º 38 969, de 27 de Outubro de 1952, inscrever-se-á no orçamento do Ministério da Educação Nacional a dotação extraordinária para prosseguir a campanha bialenal contra o analfabetismo designada por «Campanha Nacional de Educação de Adultos».

VI) Investimentos públicos

Art. 20.º Serão inscritas no Orçamento Geral do Estado, em despesa extraordinária dos diversos Ministérios, as importâncias necessárias para satisfazer em 1954 os encargos que ao Estado cabem na execução do Plano de Fomento.

Art. 21.º O Governo inscreverá no orçamento para 1954 verbas destinadas à realização de obras, melhoramentos públicos e aquisições autorizados por leis especiais e não incluídos no Plano de Fomento, regulando os respectivos investimentos de modo a dar primazia aos empreendimentos e trabalhos em curso.

Art. 22.º Fica o Ministro das Finanças autorizado a inscrever no orçamento do Ministério das Obras Públicas a comparticipação da metrópole na construção do Palácio do Ultramar.

VII) Política rural

Art. 23.º Os auxílios financeiros destinados a promover a melhoria das condições de vida nos aglomerados rurais, quer sejam prestados por força de verbas inscritas no Orçamento Geral do Estado, quer sob a forma de subsídios ou financiamentos de qualquer natureza, devem destinar-se aos fins estabelecidos nas alíneas seguintes, respeitando quanto possível a sua ordem de precedência:

- a) Abastecimento de águas, electrificação e saneamento;
- b) Estradas e caminhos;
- c) Construções para fins assistenciais ou para instalação de serviços;
- d) Melhorias agrícolas, designadamente obras de rega, defesa ribeirinha e enxugo;
- e) Povoamento florestal.

§ único. Nas participações pelo Fundo de Desemprego observar-se-á, na medida aplicável, a ordem de precedência aqui referida.

Art. 24.º As verbas destinadas a melhoramentos rurais não são susceptíveis de transferência.

VIII) Racionalização de encargos nos serviços autónomos, com receitas próprias e fundos especiais

Art. 25.º Com base nos estudos e inquéritos em curso relativos ao regime legal e situação financeira dos fundos especiais existentes, continua o Governo autorizado a proceder à sua disciplina e concentração para o efeito de melhorar e aplicar as suas disponibilidades ao fomento da riqueza.

§ único. Enquanto não for promulgada a reforma resultante dos trabalhos a que alude este artigo, a gestão administrativa e financeira dos citados fundos continuará subordinada às regras 1.ª a 4.ª do § 1.º do artigo 19.º da Lei n.º 2 045, de 23 de Dezembro de 1950, igualmente aplicáveis aos serviços autónomos e aos dotados de simples autonomia administrativa.

Art. 26.º O Governo providenciará também no sentido de prosseguirem no ano de 1954 os estudos necessários para permitir maior disciplina na atribuição de receitas próprias, com o objectivo de restringir a sua afectação e limitar o poder de aplicação por parte dos serviços.

IX) Compromissos internacionais de ordem militar

Art. 27.º As verbas extraordinárias destinadas a satisfazer as necessidades de defesa militar, de harmonia com os compromissos tomados internacionalmente, serão inscritas globalmente no Orçamento Geral do Estado, obedecendo ao que se estabeleceu no artigo 25.º e seu § único da Lei n.º 2 050, de 27 de Dezembro de 1951, podendo ser reforçada a verba inscrita para 1954 com a importância destinada ao mesmo fim e não despendida durante o ano de 1953.

X) Disposições especiais

Art. 28.º Continuam em vigor no ano de 1954 os artigos 13.º, 14.º e 16.º da Lei n.º 2 038, de 28 de Dezembro de 1949, e o artigo 8.º do Decreto n.º 38 586, de 29 de Dezembro de 1951.

Art. 29.º O regime administrativo previsto no Decreto-Lei n.º 31 286, de 28 de Maio de 1941, é extensivo às verbas inscritas no Orçamento Geral do Estado com destino à manutenção de forças militares extraordinárias no ultramar e à protecção de refugiados.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Dezembro de 1953.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES—*António de Oliveira Salazar*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a transferência da importância de 450\$ a que se refere a declaração publicada pelo Ministério da Justiça, 4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, no *Diário do Governo* n.º 262, 1.ª série, de 25 de Novembro último, saiu com inexactidão, devendo, por isso, considerar-se rectificada pela forma seguinte:

Onde se lê:

Para o n.º 2) «Telefones»	+	300\$00
Para o n.º 3) «Transportes»:		

Alínea b) «Outras despesas»	+	150\$00
---------------------------------------	---	---------

deve ler-se:

Para o n.º 2) «Telefones»	+	150\$00
Para o n.º 3) «Transportes»:		

Alínea b) «Outras despesas»	+	300\$00
---------------------------------------	---	---------

Secretaria da Presidência do Conselho, 23 de Dezembro de 1953.—O Chefe da Secretaria, *Diogo de Castelbranco de Paiva de Faria Leite Brandão*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto-Lei n.º 39 483

Mantendo-se as condições que deram origem à publicação do Decreto-Lei n.º 39 017, de 3 de Dezembro de 1952;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O prazo estabelecido no artigo único do Decreto-Lei n.º 39 017, de 3 de Dezembro de 1952, é prorrogado até 31 de Dezembro de 1954, mantendo-se em vigor durante este espaço de tempo o disposto no corpo do artigo 3.º e seus parágrafos do Decreto-Lei n.º 36 606, de 24 de Novembro de 1947.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Dezembro de 1953.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES—*António de Oliveira Salazar*—*João Pinto da Costa Leite*—*Fernando dos Santos Costa*—*Joaquim Trigo de Negreiros*—*Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*—*Artur Aguedo de Oliveira*—*Adolfo do Amaral Abranches Pinto*—*Américo Deus Rodrigues Thomaz*—*Paulo Arsénio Viríssimo Cunha*—*José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich*—*Manuel Maria Sarmiento Rodrigues*—*Fernando Andrade Pires de Lima*—*Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*—*Manuel Gomes de Araújo*—*José Soares da Fonseca*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Decreto n.º 39 484

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, e